DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 699/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/4798/2016
PROTOCOLO	: 1660774
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
BENEFICIÁRIO	: JOAQUIM RIBEIRO NETO
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – PROVENTOS INTEGRAIS – REGISTRO.

Trata-se do processo da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por Idade e Tempo de Contribuição, pela **Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul**, ao servidor ***Sr. JOAQUIM RIBEIRO NETO***, ocupante do cargo de agente penitenciário, lotado na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário.

Consta da Certidão de Tempo de Contribuição a comprovação do cômputo de proventos integrais conforme preceitos legais e constitucionais, peça n.º 5, fls. 11/16, abaixo demonstrado:

QUANTIDADE DE ANOS	QUANTIDADE DE DIAS
42 (quarenta e dois) anos, 06 (seis) meses e 14 (quatorze) dias	15.524 (quinze mil quinhentos e vinte e quatro) dias

Em razão da análise de toda a documentação acostada, a equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal, por meio da sua Análise ANA-ICEAP-50670/2017, peça n.º 13, e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer PAR-2ª PRC 23264/2017, peça n.º 14, se manifestaram opinando pelo **REGISTRO** da presente aposentadoria.

É o relatório, passo a decidir.

Examinado os autos, constato que a APOSENTARIA VOLUNTÁRIA por Idade e Tempo de Contribuição do Sr. JOAQUIM RIBEIRO NETO encontra-se formalizada conforme os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

O direito que ampara a Aposentadoria está previsto no art. 73, incisos I, II e III, todos da Lei Estadual n.º 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme Decreto "P" n.º 4.478/17, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul n.º 9.497, de 20 de setembro de 2017, peça 16, fl. 123, que retificou o Decreto "P" n.º 167, de 12 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial n.º 9.084, de 14 de janeiro de 2016, peça 08.

Diante do exposto, acolhendo a Análise Técnica e o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pelo **REGISTRO** da concessão de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA por Idade e Tempo de contribuição do servidor **Sr. JOAQUIM RIBEIRO NETO**, CPF n.º 160.380.379-34, ocupante do cargo de Agente Penitenciário, lotado na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, com fulcro no artigo 34, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c artigo 10, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas.

II – Pela comunicação do resultado desta Decisão aos interessados, em obediência ao artigo nº 50 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2018.

Cons. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

Jac